

**CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA:
o surgimento de novas gerações e a construção
de novos projetos de vida¹**

**CONTEMPORANEOUS CONFIGURATIONS OF AGRARIAN
REFORM RURAL SETTLEMENTS:
*the appearance of new generations and the construction
of new life projects***

Alexsandro Elias Arbarotti*

Rodrigo Constante Martins**

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar como ocorre o processo de sucessão e coexistência geracional nos assentamentos de reforma agrária por meio de um estudo de caso no maior assentamento do estado de São Paulo. As bases teórico-metodológicas da investigação trazem categorias de análises pouco usuais em estudos de assentamentos, articulando teorias sociológicas clássicas e contemporâneas, o que possibilita perceber por outro ângulo as metamorfoses que vêm ocorrendo nessas localidades. Partindo da comparação entre os projetos e objetivos de vida que motivaram a primeira geração a entrar na luta pela terra com os da segunda geração para permanecer no lote, foi possível interpretar que as frágeis políticas públicas e a precária assistência técnica levam os sujeitos da segunda geração a elaborar distintas estratégias de permanência, que compreendem a diversificação das atividades agrícola e não agrícola e a busca de novos mercados. No mesmo sentido, foi possível identificar uma mudança significativa no que se tinha como *ethos* camponês e do sujeito da reforma agrária, para uma nova forma de identidade da segunda geração, mais ligada à busca de renda e ao acesso ao consumo.

Palavras chave: Assentamentos. Geração. Questão Agrária. Identidades.

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (Processo nº 2012/16545-3).

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil. E-mail: arbarotti@gmail.com

** Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, Brasil. E-mail: constantemartins@gmail.com

Abstract

The objective of this paper is to analyze how the process of succession and generational coexistence occurs in the agrarian reform rural settlements by means of a case study in the biggest settlement in the state of São Paulo. The investigation theoretical and methodological framework brought to light some categories which are not commonly used in the settlements studies. These categories articulate classical and contemporary sociological theories and they have making possible to realize by another angle the metamorphoses that are taking place at these spaces. By comparing the life projects and the life objectives that motivated the first generation to join the land fight and the second generation to stay at the territory it was possible to understand that due to the fragile public policies and the precarious assistance the individuals of the second generation decided to look for different strategies to stay in the settlement. These strategies included the diversification of the rural and non-rural activities and the search for other forms of exchange the products. In this sense it has been possible to identify a significant modification between the farmer's *ethos* and the agrarian reform individual, and a new identity that led the second generation to be more linked to the income and to manners of having access to consumption.

Keywords: Settlements. Generation. Agrarian Subject. Identities.

Introdução

A utilização do conceito geração, baseado no pressuposto de que as gerações não se sucedem, mas convivem em um processo de sucessão e coexistência, é bastante fecundo para a sociologia em geral, e para o campo da sociologia rural em particular, pois traz à tona as mudanças, as dinâmicas, as tensões e as novidades que grupos e classes sociais elaboram em face das contingências da realidade cotidiana.

O objetivo deste artigo, portanto, é realizar um debate acerca das gerações em territórios rurais, demonstrando como esse processo social não configura uma superação factual de uma geração por outra, mas, sim, uma coexistência entre gerações, visto que as fronteiras que separam as gerações não podem ser claramente definidas. Considera-se, assim, que o processo geracional se configura de forma dinâmica e contínua no jogo entre preservação, esquecimento e inovação cultural e social. Com essa concepção, apreende-se o tempo que separa as gerações não como tempo cronológico, mas como um tempo qualitativo, aquele do vivido que constitui cada indivíduo. Portanto, no artigo, é pensada a convivência de diferentes gerações em um mesmo espaço e tempo, mas vivendo em eras subjetivas diversas e em relações sociais para além dos limites familiares, o que permitiu constatar conflitos, tensões, mudanças e permanências entre uma geração e outra. Esses elementos tornaram-se passíveis de apreensão a partir da análise das relações que as diferentes gerações estabeleceram com a terra – sabidamente um elemento essencial não apenas nas disputas, mas também nas identidades forjadas no cotidiano das comunidades rurais (MANNHEIM, 1993; FEIXA, LECCARDI, 2010; BORGES, MAGALHÃES, 2011).

Para alcançar a profundidade qualitativa requerida pelo tema, optou-se por desenvolver um estudo de caso no Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão. Outra questão que se somou à investigação foi o estatuto e a viabilidade

dos projetos de assentamentos para os descendentes da primeira geração de assentados. Nestes termos, ao investir na análise sobre a convivência geracional, o artigo discute as aproximações e distanciamentos entre os valores sociais da geração que lutou, conquistou lotes e, desde então, reordenou sua vida em função da posse da terra – aqui chamada de *primeira geração* – e aqueles dos filhos e filhas de assentados que permaneceram no assentamento e assumiram o processo produtivo – denominados de *segunda geração*. Com base nessas delimitações, foi possível identificar transformações nos valores morais da primeira geração, cuja ligação com a terra é sentimental, em relação à segunda geração, que vê a terra como um meio para o acesso à renda, sendo que os elementos que marcam suas identidades estão para além do território rural.

Para a exposição do estudo, o artigo está dividido em quatro seções. A primeira defini o local onde se deu a pesquisa empírica e os procedimentos metodológicos para sua realização, bem como as bases teóricas que guiaram as análises. A segunda traz a diferença entre o modo como a primeira geração dos assentados vivencia a relação com a terra, vista como formuladora de suas identidades por meio do trabalho e como segurança ontológica, enquanto a segunda geração identifica na terra um meio para adquirir renda. Essa discussão conduz o texto à sua terceira seção, que aprofunda a análise dos significados políticos e sociais da terra para os assentados: enquanto a primeira geração associa sua posse à autonomia e à liberdade diante de uma experiência pretérita em trabalhos urbanos e em terras de terceiros, a segunda geração compreende a posse da terra como meio para obter renda. Por fim, na quarta seção do artigo serão discutidas as implicações das diferentes modalidades de representação do acesso à terra e seus impactos nos projetos de vida e trabalho das famílias assentadas.

Universo empírico e bases teórico-metodológicas

A pesquisa, de caráter exploratório, que embasa este artigo foi realizada no Assentamento Reunidas, no município de Promissão – São Paulo. O assentamento tem grande importância histórica e política, pois fez parte do I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, tendo seu direito de posse emitido em 1987. Trata-se do maior assentamento do estado, com área de 17 138,26 ha, dos quais 12 066,24 ha são destinados à produção e o restante perfaz áreas de preservação ambiental. O assentamento está dividido em 629 lotes com 19,3 ha em média, alocados em dez agrovilas. Essas agrovilas foram elaboradas de modo a facilitar a organização das famílias e a convivência. Assim, todas elas contam com uma igreja, um campo de futebol e um salão para reuniões e atividades da comunidade. Por restrição legal, não são permitidos, nesses locais, qualquer tipo de empreendimento comercial.

O estudo de caso em tela foi realizado na agrovila Campinas, constituída por 74 lotes. Segundo dados da Caderneta de Campo, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, referente à safra de 2010-2011, há uma grande variedade na produção agropecuária da agrovila, com destaque para a produção de leite e horticultura (quiabo e abobrinha). Os produtos provenientes da produção vegetal são divididos entre os intermediários, 44%, e o Programa de Aquisição de Alimentos

(Conab), 34%. Já a produção de leite é grande parte destinada a Cooperativas que intermediam a venda para grandes empresas de laticínios (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

A escolha desta agrovila se justifica em razão de a maior parte das famílias que a compõe ter sido organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no período de luta pela terra, e pelo fato de a maioria das famílias ter passado pela experiência de viver em centros urbanos após longos processos migratórios e de expropriação. Esses elementos são particularmente importantes para este estudo, pois permitiram a análise de uma variada gama de experiências sociais e políticas dos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra, além de terem possibilitado ainda uma abordagem mais complexa da dimensão geracional na história de vida das famílias assentadas.

As bases teóricas que guiaram as análises aqui empreendidas articulam temas da tradição sociológica clássica remontados pelas diferentes vertentes da sociologia contemporânea. Esta iniciativa permitiu trazer para a pesquisa categorias analíticas pouco usuais em estudos de assentamentos, além de também possibilitar a discussão sobre as metamorfoses nos espaços rurais sob outro ângulo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, para estabelecer o debate entre as gerações foram utilizadas entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos (homens e mulheres) do que foi definido como primeira e segunda geração de assentados. Os depoimentos da primeira geração foram retirados do livro organizado por Simonetti (2011), onde a autora compila pesquisas realizadas desde o início da luta pela reforma agrária no Assentamento Reunidas. Já as entrevistas com a segunda geração foram feitas durante pesquisa de campo realizada em 2013, com filhos e filhas de assentados que estavam à frente do processo produtivo do lote.

As tensões geracionais: terra como trabalho *versus* terra como capital

A geração que fundou o Assentamento Reunidas em meados da década de 1980 trazia consigo uma leitura sociopolítica da questão agrária atrelada aos valores do *rural tradicional*, nos termos delineados por Brandenburg (2010). Neste rural tradicional está compreendida a polarização entre grande e pequena propriedade, sendo os valores dessa última decisivos na construção identitária dos fundadores do assentamento, muitos dos quais com importante militância no MST. Até os dias atuais, esses sujeitos trazem consigo as vivências do processo de reivindicação das terras da fazenda Reunidas, no município de Promissão. Seus sentimentos de ruralidade são marcados por experiências vividas por eles próprios ou por seus pais no campo, mas que, em razão do deslocamento forçado, aparecem agora somente como uma memória idílica guardada enquanto “tocavam” a vida nas periferias das cidades – realidade urbana que provoca grande sentimento de estranhamento, como se nota no depoimento dado por Dona Lúcia em 1999²:

2 Preferiu-se tomar como critério metodológico adotar nomes fictícios para dos entrevistados.

Eu cheguei na cidade, pra mim foi assim [...] uma transformação, eu ter que enfrentar tudo aquilo que não era da minha natureza, aquilo que eu nunca tinha visto antes na minha vida. Ônibus super lotado. Gente que num se conhece, um que desconfia do outro. Num ponto de ônibus ninguém olha de lado, um com medo do outro, desconfiado do outro. Se a criança adoce tem que levar no médico sozinha porque o marido está trabalhando de empregado e não pode ir junto. Aí tive que aprender a viver aquela vida dura e tão estranha (NABÃO, 2011, p. 77).

Partindo dessas palavras é possível notar que as motivações da primeira geração para retornar para a terra passa por um forte estranhamento da vida na cidade, em relação aos valores rurais tradicionais, uma vez que vivenciaram nos centros urbanos uma realidade cotidiana maçante e desenraizadora. Por isso, a oportunidade de romper com esse cotidiano da cidade e da fábrica surgiu para esses sujeitos como uma oportunidade de se colocarem em busca da volta a um modo de vida que sempre guardaram em sua memória e que está diretamente ligado à terra.

Essa memória, por sua vez, enxerga a terra não somente como local de trabalho, mas como extensão do próprio corpo, em uma ligação quase mística e divina. Essa interação dos sujeitos com a terra é entendida por Marx (1964) como resultado das experiências e valores culturais construídos por meio do trabalho, em uma contínua e teleológica transformação da natureza, por meio da qual os sujeitos se naturalizam e simultaneamente humanizam a natureza. Aspecto que se perde, segundo o autor, com o advento da sociedade capitalista e a alienação dos sujeitos da sua condição de ser genérico que tem a terra como corpo inorgânico, ou seja, a terra como prolongamento do próprio corpo e formuladora de suas identidades. Nas palavras de Bourdieu (1979), o desencantamento do mundo e o desenraizamento nas sociedades rurais se dão justamente dentro desse processo, a partir da aplicação de categorias estranhas à experiência do camponês, levando ao desaparecimento dos encantos e prestígios que levavam a atitudes de submissão e homenagem à natureza, e fazendo surgir a distinção entre o aspecto técnico e o aspecto ritual da atividade agrícola.

Nesse contexto, o retorno à terra dos sujeitos da primeira geração significava voltar a essa ligação ritual, pois a terra seria tomada como provedora de vida e não como uma saída econômica. Isso fica evidente no momento em que estes sujeitos da primeira geração remetem ao significado da terra, como Dona Clarisse, em depoimento de agosto de 1999, quando lhe perguntam o que era a terra para ela:

O que é a terra pra mim? Vou te dizer que a terra faz parte da minha natureza. Foi assim mesmo que eu respondi pro meu marido quando ele invocou de não querer vir (para o assentamento). Ele é da terra assim como eu, mas achou que nós não sabíamos mais viver na terra, que fazia muitos anos que vivíamos na cidade. [...] Foi aí que o marido invocou que eu estava doida, que ele num queria mais ir pra terra de jeito nenhum. [...] Então ele veio com aquela conversa de que nós não estávamos mais acostumados com a terra, que já fazia muitos anos que morava na cidade e que nós já não sabíamos viver na terra. [...] Assim como

é da natureza humana fazer filho, e num esquece como é que faz, também é da nossa natureza viver na terra! Como é que nós não vamos mais saber morar na terra se é da nossa natureza ser da terra? (NABÃO, 2011, p. 76).

A expressão “*é da nossa natureza ser da terra*” demonstra como a terra, para além de substrato geográfico, é vista como prolongamento do corpo e da própria vida e, por isso, o “ser” da terra, no sentido ontológico, expressa uma relação simbiótica e irredutível para esses sujeitos. Tal como conclui Silva (2004) ao tratar das particularidades históricas que caracterizam os pobres do campo, esta relação varia de acordo com a ligação estreita que o grupo social mantém com a natureza, advindo daí várias culturas segundo a localização geográfica – tais como a cabocla, caipira, caiçara e gaúcha, dentre outras. A “itinerância” que caracteriza as trajetórias de parte dos membros dos grupos, por sua vez, não fez dos traços culturais simples resíduos nos projetos de vida destas famílias.

Por isso, o fato de esses sujeitos viverem na “itinerância”, na constante mudança e deslocamento, não fez com que a relação com a terra fosse esquecida, pois ela não é resultado de uma racionalidade ideal-abstrata, mas, sim, de ligação sentimental e transcendental formulada no ser desses sujeitos. E essa ligação é tamanha que, mesmo distante da terra por vários anos, não é esquecido o modo de lidar com ela, pois “*é da sua natureza*”, ou melhor, mais que *ser da natureza*, se “*é*” da terra, em uma verdadeira relação de pertença: “*Ele é da terra assim como eu*”. Essa frase é bastante reveladora no sentido de declarar que a própria existência é fruto da terra. E, além disso, revela a submissão, a homenagem, a reverência e a divinização da relação com a terra e a natureza, uma vez que não é a terra que é deles, mas eles é que são da terra (BOURDIEU, 1979). Assim, a transformação destes trabalhadores em seres parciais ocorre, desde a visão do próprio sujeito, a partir de sua separação da terra, experimentada como sofrimento subjetivo, como pode ser percebido na fala de Sr. Adelmo, em depoimento de abril de 1999.

O cara quando sai da terra perde um pouco da sua natureza, do seu jeito de ser. O cara fica desajeitado, em todo lugar ele se sente estranho, não encontra paradeiro, tá sempre querendo mudar de lugar, num se aquieta, parece que nada tá bom, que serviço nenhum dá certo. Em quase dez anos morando na cidade fui motorista, eletricitista e carpinteiro, nunca consegui nada na vida, sabe por quê? Nunca fiz nada disso por gosto, *mas por precisão*. Quando o cara trabalha por gosto a coisa é outra (NABÃO, 2011, p. 77, grifo nosso).

O depoimento demonstra que o trabalho fora dos parâmetros dados pela terra, mas orientado pelos ditames da aplicação técnica do capital nas cidades, nas fábricas e até no campo, em terra alheia, não são realizadores e por isso trabalha-se somente porque é preciso garantir a existência de alguma forma, “*por precisão*”. O trabalho aparece como algo que não pertence ao ser do trabalhador. O desconforto, o desenraizamento e o peso de desempenhar essas outras funções são claros no depoimento, uma vez que a afirmação demonstra que nessas relações fora da terra “*se*

perde um pouco da sua natureza, do seu jeito de ser". É desse processo de proletarização e de domínio que esses sujeitos buscam fugir, o que pode ser sintetizado na frase de Sr. Vicente: "Eu não trabalho para patrão! Não nasci para ser mandado por outro" (SIMONETTI, 2011, p. 53). Tomando esses pressupostos, Woortmann (1990) afirma que os valores ligados à terra, ao trabalho, à liberdade e a família vão compor o que se pode chamar de *ética camponesa*. Ética resgatada pelos sujeitos da luta pela terra como fundamento de *ser, estar e pensar* o mundo e a terra como local de trabalho que congrega e dá sentido a esses valores simbólicos. Em outros termos, a terra, para a primeira geração, compreende mais que o local de trabalho, mas a própria natureza, que é a expressão de uma moralidade (WOOORTMANN, 1990; SIMONETTI, 2011).

Não é possível afirmar que as falas e práticas da segunda geração contariam totalmente essa visão. Entretanto, existem dimensões subjetivas que demonstram uma mudança de concepção de trabalho na terra e o que se espera dela. É o que veremos na fala de Olivier, membro da segunda geração, filho mais novo de uma família que está no assentamento desde o início. Em sua trajetória no assentamento, ele nunca teve experiência de trabalho fora do lote. Aos 18 anos iniciou o curso superior de análise de sistemas, mas o abandonou para trabalhar no lote. Sua principal atividade atualmente é levar mercadorias do assentamento para a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, o Ceasa³, em São José do Rio Preto, no interior do estado de São Paulo. Diz Oliver:

Para te falar a verdade é o seguinte: quando eu comecei com o CEASA eu vi que *dava um retorno bom*. Naquela época já dava um retorninho até bom e já era duas vezes o salário que formado na minha área ganhava [do curso de análise de sistemas]. Aí eu parei [o curso] mais por causa disso, que dava um retorno bom. E até hoje o colega meu lá que formou está trabalhando na área, lá em São Paulo, só que ele ganha bem menos. E pra mim ficar no *sítio é outra vida né. Mais sossego, mais tranquilidade* (Pesquisa de campo, 2013, grifo nosso).

O depoimento de Oliver deixa bastante evidente a mudança das expectativas em relação à terra se comparada aos valores da primeira geração. Na fala, é possível perceber, em duas ocasiões, que a motivação para a permanência no lote está balizada pela possibilidade do bom retorno financeiro com a venda de produtos no Ceasa. E esse retorno está ligado à possibilidade de obtenção de uma boa renda e, conseqüentemente, de acesso aos bens de consumo. A isso se soma a possibilidade de sossego e tranquilidade que se pode ter com a vida *no sítio*. Destacamos a palavra *sítio*, pois ela aparece no lugar da palavra *terra*, o que demonstra o distanciamento de uma ligação mística e devocional muito presente nos sujeitos da primeira geração. Esse distanciamento da visão da terra como elemento constituinte da sua natureza aparece quando Oliver comenta sobre as técnicas de plantio que usa e sobre o empenho em implementar novas tecnologias ao processo produtivo.

3 Terceiro maior mercado atacadista do mundo e primeiro da América Latina, Ceasa de São Paulo foi criado em 1969.

Hoje em dia você tem que *pensar empresarial*, você tem que ter visão, você não pode ficar *retrocedendo que nem plantava há dez anos atrás*, quando não passava veneno. Hoje em dia não tem jeito, você tem que *por no custo* e entrar com o químico (Pesquisa de campo, 2013, grifo nosso).

Nitidamente, ao utilizar a expressão “*tem que pensar empresarial*”, Oliver se refere à aproximação com a lógica do capital de investimento. O mesmo ocorre com a expressão “*tem que por no custo*”, que remete ao cálculo racional presente nas modernas trocas do mercado capitalista. A busca, agora, é pelo lucro, a despeito da relação moral com a terra, o que põe em xeque os valores da simples reprodução da família e de uma forma de vida ligada à liberdade no trabalho. Essa busca por uma produção mais capitalizada e racional, bem como a nova visão da terra e de sua função social, é declarada quando o próprio Oliver se refere aos projetos que pretende desenvolver no lote.

Temos um projeto eu o Daniel[seu sócio e genro] de comprar maquinário para *arrendar terra*. Arrendar dos outros de 50 alqueires pra cima. Só que aí ia precisar de um *capital alto*, de uns 300 mil reais. A gente está vendo aí, analisando. Que é uma coisa boa arrendar também (Pesquisa de campo, 2013, grifo nosso).

Em sua fala aparece a palavra *capital*. Mas não se trata de qualquer capital, é um *capital alto*, pois o investimento no projeto de arrendamento demandará razoável extensão de terras para possibilitar o lucro condizente com as expectativas. Isso está em consonância com a discussão clássica promovida por Marx (1983), em sua crítica ao pensamento liberal, acerca da *renda fundiária*. Historicamente, foi o arrendamento que permitiu ao investimento capitalista suplantar os limites (ou barreiras) que a propriedade da terra poderia lhe impor. Nas palavras de Marx (1983, p. 230), a “propriedade fundiária só atua de modo absoluto como barreira à medida que condiciona o acesso ao solo em geral, enquanto campo de investimento de capital, ao pagamento de um tributo ao proprietário da terra”. Ou seja, a renda só é possível por conta da existência da propriedade privada da terra, que garante a uns o acesso a determinadas porções de solo em detrimento de outros. A necessidade de o capitalista acessar determinadas porções de terra, que normalmente não seriam acessadas e, por isso, consideradas, em hipótese, de menor qualidade, levaria à necessidade de os produtos agrícolas terem um valor superior ao seu preço de produção. Nestes termos, a renda da terra como relação social explicaria a aplicação de capital em terrenos tidos como menos férteis, desde que o preço de mercado do produto agrícola chegasse a níveis que permitissem o lucro tanto do capitalista – na forma de mais-valia – quanto do proprietário da terra – na forma de renda.

Partindo dessa reflexão, é possível compreender as várias dimensões que envolvem a iniciativa de arrendamento de terras na agrovila por Oliver. Primeiramente, é necessário supor que se existe a intenção de arrendamento é justamente porque os preços no mercado agrícola pretendido devem assegurar, pela experiência deste assentado, ganhos suficientes para garantir o pagamento

do arrendamento⁴. Em segundo lugar, este projeto empresarial também supõe, da parte do assentado, a frágil situação daqueles que, no interior da agrovila, teriam disposição de arrendar suas terras. Isso porque, no assentamento, não existe direito de propriedade da terra. A rigor, os assentados possuem o direito de uso produtivo de seus lotes – situação que, em essência, excluiria a opção do arrendamento para terceiros. Deste modo, projetar o arrendamento supõe tanto a fragilidade daquele que arrenda a terra de sua posse quanto a sublimação das causas sociais e políticas que os assentamentos rurais representam no país – e que, conforme já discutido, estão no cerne das identidades constituídas pela primeira geração de assentados.

Com esses elementos, é possível perceber a mudança de concepção que ocorre em relação ao modo como a segunda geração estabelece suas representações e seus projetos sobre a terra – tomada agora como capital –, isto é, uma relação de valor de troca na qual se objetiva produzir lucro. Neste contexto, é possível afirmar que a segunda geração está empreendendo um processo de reestruturação dos sistemas sociais, morais e éticos na localidade em relação à primeira geração, não resistindo à transformação da terra em monopólio do capital, submetendo-se ao trabalho assalariado e, no limite, abrindo mão do discurso político encampado pelo MST de condenação da propriedade privada da terra e cujo lema é “terra para quem nela trabalha!”.

É possível perceber a incorporação de novos elementos culturais, econômicos e sociais nas ambiguidades e desencontros dos projetos que ambas as gerações vislumbram. Entretanto, para que essas divergências apareçam de forma mais marcante, a próxima seção irá contrapor dois objetivos que são bastante caros para a primeira geração – autonomia e liberdade – aos novos valores dos sujeitos da segunda geração – garantias do dinheiro.

Autonomia e liberdade *versus* as garantias do dinheiro

No assentamento Reunidas, para a primeira geração de assentados, as noções de autonomia e liberdade estiveram estreitamente ligadas ao acesso à terra. A reforma agrária, portanto, significava um projeto de emancipação. Ou seja, a autonomia tem relação com a sensação de liberdade que o lote representa. E esta liberdade se opõe ao assalariamento externo ao lote, que reduz o significado do ter a *sua terra*. O trabalho assalariado, nesse sentido, não é visto com bons olhos, pois requer rotinas e obrigações determinadas por outrem, como podemos perceber nos depoimentos de Dona Telma e Sr. Zeca, respectivamente, ambos obtidos em maio de 1999:

Tá chovendo, fazendo frio, tem que ir, se perdê um dia num ganha os 30 k de arroz e num é do arroz bão não. [refere-se ao arroz que se ganha por não perder nenhum dia de serviço na colheita de laranja] Aqui hoje tá frio e eu não fiz nada,

4 Diferente do que colocou Marx aqui não será levado em consideração a qualidade do solo para a viabilização do arrendamento.

nem roupa eu lavei[referindo-se ao seu lote]. Nem tô aí! Deixa a roupa, amanhã eu lavo. Se você está trabalhando pra fora você tem que fazer seu serviço de qualquer jeito, com frio ou chuva, as vezes com dor, nossa, quanto que eu num trabalhei sentindo dor, até com febre. Nessa época eu sentia mesmo é falta de ter meu canto, pra eu pode fazer o que quiser na hora que eu quiser (NABÃO, 2011, p. 87).

A terra sendo da gente, a gente colhe e planta o que quer. Foi muito bom ter vindo pra cá, [refere-se ao assentamento], *apesar de tudo, das dificuldades*. Não tem como o *camarada trabalha pra ele mesmo*, o horário a gente que faz, a gente trabalha pra gente, com a cabeça mais leve, mais solta. Não é que nem antes que *nós ficávamos presos esperando o patrão chegar* para dar ordens. As vezes o patrão vinha só no Sábado ou Domingo, que ele era doutor em São Paulo, então eu ficava preso esperando, doido pra ir pescar ou conversar com os camarada na venda, mas não podia, tinha que esperar ele, e ele não avisava quando vinha não (NABÃO, 2011, p. 87, grifos nossos).

Nesses depoimentos reconhece-se que o trabalho na terra é duro e árduo, mas que é enfrentado de outro modo quando é realizado na própria terra. Por isso, os questionamentos sobre os horários e a rotina se referem ao trabalho em terra alheia. Estes assentados são conscientes de que o trabalho no campo requer um tempo próprio, definido por eles como o tempo da natureza. Razão pela qual é sabido que no tempo de plantio a jornada será estafante e que, no período da colheita, não há chuva ou frio que os faça abdicar do trabalho, pois o tempo da colheita é comandado pela natureza. Assim, como bem assinalam os depoimentos, quando o trabalho se realiza em terra própria estas dificuldades são subjetivamente ressignificadas. Isto é, não se tem a sensação de estar preso a outra pessoa, como indica a frase “*nós ficávamos presos esperando o patrão chegar*”. Enfim, reconhece-se que não há pessoa que experimente a liberdade plena, mas sabe-se que existe a possibilidade de não ser cativo de patrão quando se têm a terra como ancoradouro.

Toda a valorização desses elementos se deve, em grande medida, às experiências nas trajetórias desses sujeitos da primeira geração que os levaram a buscar, em seus cotidianos, o sentimento de autonomia e liberdade, em detrimento do sentimento de ser cativo, condição que muitos sujeitos experimentaram quando eram meeiros, arrendatários e parceiros em terras alheias (MARTINS, 1975; GARCIA JR., 1988). A terra lhes deu essa possibilidade. Já a segunda geração teve outras experiências e, por isso, não vê a terra com tamanha capacidade de “libertação” de suas vidas. Sendo essa uma nova relação, a terra não aparece nos discursos da segunda geração como provedora de autonomia e liberdade. É bem verdade que autonomia e liberdade não fazem parte do repertório gramatical da segunda geração, pois essas palavras foram substituídas pela busca de inserção no mercado e a possibilidade de conseguir maior renda. Oliver, ao explicar como funciona a sociedade com seu cunhado, dá pistas dessa mudança na definição sobre as possibilidades de vida a partir da terra.

Tudo que dá a gente divide no meio. Aí, por exemplo, o que dá no CEASA chega no final do mês nos divide o que sobrou aí incluí no CEASA o que eu coloquei no caminhão, o que sobrou de *dinheiro* nos divide. E lá no lote dele nos também é sócio, tudo que produz lá nos põe no caminhão. Então resumindo é assim, no final do mês o que sobra de *dinheiro* nos divide (...) eu produzo aqui e ele produz lá. O *dinheiro* é tudo do caixa, nos fala. Se ele precisar para o particular dele, ele marca no caderninho, “peguei tanto”. Aí no dia que falta ele tira do banco da conta dele e põe no caixa e marca mais lá. Esses dias eu não mandei *dinheiro* para ele, ele foi lá tirou, tinha que pagar funcionário, pagar as coisas e aí ele marcou mais. Mesma coisa aqui. Só que aqui eu estou com *dinheiro* que eu faço o CEASA, então já pago os funcionários e o que sobra eu deposito. Aí no final do mês nos faz um acerto (Pesquisa de campo, 2013, grifos nossos).

No depoimento, evidencia-se a mudança na concepção da função da terra nas relações sociais e nas redes de sociabilidade e, principalmente, em relação ao que se espera da terra. Isso é percebido na alteração da racionalidade na condução do processo produtivo dentro do lote e das atividades que vão além das de produção, que passam a estar mais voltadas para uma relação mais intensa com o mercado, visando maior rentabilidade financeira. Isto é, na segunda geração, emerge a mudança de concepção da terra como valor de uso para a terra como valor de troca, influenciada, principalmente, pela proximidade com o modo de produção capitalista. Trata-se de uma operação similar àquela interpretada por Taussig (2010) no impacto da introdução da racionalidade produtivista da economia capitalista em comunidades rurais da Colômbia e da Bolívia, que conservavam lógicas tradicionais de sociabilidade inseridas em uma economia pré-capitalista de subsistência, onde se preservava o valor de uso da terra: Como diz Taussig (2010, p. 187-88), “Apesar de a função de troca de qualquer artigo poder ser feita de maneira legítima em uma economia doméstica ou de subsistência, foi dessa função de troca que o ganho de dinheiro ou o capitalismo surgiu em detrimento da economia doméstica natural”.

Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de mudança para a economia capitalista, baseada no valor de troca, tem sua base justamente na economia “doméstica natural”, onde as trocas eram realizadas por meio de produtos e alimentos que cada um produzia. No entanto, o que muda com a entrada da economia capitalista é que essas trocas passam a serem mediadas não mais por mercadorias, mas pelo dinheiro, aspecto igualmente observado por Bourdieu (1979) ao considerar que, na sociedade camponesa, ligada muito mais aos ciclos agrários,

[...] os produtos da agricultura, da criação de gado e do artesanato familiar permitem satisfazer pelo menos uma parte das necessidades sem ter que recorrer ao mercado. No mundo urbano, ao contrário, a universalização das trocas monetárias, correlativa do desaparecimento dos outros recursos, torna a obtenção de uma renda em dinheiro numa necessidade absoluta e universal (BOURDIEU, 1979, p. 54).

Tomando essa discussão como referência, é possível afirmar que houve um movimento de mudanças substantivas análogas na agrovila Campinas, no que diz respeito à aproximação dos sujeitos da segunda geração da racionalidade produtivista da economia capitalista, na qual a terra deixa de ser vista como viabilizadora de autonomia e liberdade e passa a ser vista como um local de investimento para se conseguir dinheiro e, conseqüentemente, acesso a bens de consumo. Nestes termos, é possível dizer, com Taussig (2010), que o dinheiro também atua no processo econômico da agrovila Campinas na perspectiva de *um meio de troca* e como *forma de capital*.

O dinheiro *como forma de capital* fica nítido, no depoimento de Oliver, que evoca a palavra *dinheiro* cinco vezes, sem contar as vezes em que a palavra fica subentendida, para explicar a sociedade que possui com seu cunhado. Isso demonstra que as relações passam a ser pautadas muito mais pelo dinheiro segundo uma perspectiva de capital de investimento. Outro assentado da segunda geração, Cláudio, que divide o lote da família com a irmã mais nova, pois seus pais estão aposentados, e que possui em sua trajetória experiências de trabalho na cidade, afirma, no mesmo sentido, que a terra só pode oferecer garantia de permanência se houver a possibilidade de investimento: “*Dá [garantias] se você tiver como investir, aí tem como você garantir, mas se você não tiver, tem mês que entra e tem mês que não entra [dinheiro] [...]*” (Pesquisa de campo, 2013). Essa fala indica que a terra deixa de ser percebida com uma visão mística e sentimental para ser vista com maior racionalidade, pois agora ela passa a ser um recurso que necessita de investimento para dar o retorno necessário para a sobrevivência. E esse retorno necessário significa a garantia de uma renda mensal que, no fundo, tem por objetivo ter dinheiro para usar *como um meio de troca*, ou seja, para ter acesso aos bens de consumo.

Como a possibilidade de os sujeitos da segunda geração terem dinheiro como capital para realizarem investimento não é uma realidade para a grande maioria, principalmente pela falta de orientação técnica e burocratização do financiamento público, muitos partem em busca do acesso ao dinheiro com trabalhos na cidade. Este é o caso do próprio Cláudio que, em razão das dificuldades de acesso a financiamento para investimento no lote, acabou por dividir seu tempo de trabalho entre o lote e a função de pedreiro na cidade de Promissão – fato que também o levou a arrendar parte do lote.

Nesse contexto, a resposta de Cláudio à pergunta sobre a grande evasão de jovens do assentamento em busca de empregos na cidade é marcante: “*Dinheiro! Você trabalhando lá na cidade registrado você sabe que todo mês você vai ter [dinheiro]. É pouco, mas tem*” (Pesquisa de campo, 2013). Essa afirmação é reveladora, mostrando claramente o contraste com a primeira geração, pois se a primeira tinha toda a segurança existencial pautada no trabalho na terra, para a segunda geração essa segurança existencial é posta na possibilidade de investimento e no trabalho na cidade, que garante mensalmente o acesso ao dinheiro.

É possível, assim, perceber que a segunda geração se distancia da temporalidade do trabalho de produção no campo, pois, diferente do trabalho assalariado, o trabalho na terra segue outro ciclo. Na verdade, a produção agrícola segue o ciclo da natureza, o que significa dizer que não haverá uma remuneração mensal pelo trabalho

desempenhado. Nesse sentido, estar ligado ao trabalho agrícola requer organização e planejamento, que historicamente os agricultores tradicionais realizavam e realizam, para reservar parte da remuneração do resultado da colheita para o investimento em um novo plantio e para a sobrevivência no período de crescimento e maturação da lavoura (CÂNDIDO, 2003; BRANDÃO, 1995). É o que coloca Martins (2006, p. 174), ao pontuar que “[...] a transformação da matéria prima em mercadoria (na agricultura) não é realizada exclusivamente pelo trabalho humano, mas sim através da combinação de seu exercício com o ritmo biológico das forças naturais”. Ou seja, os agricultores, bem como os assentados em geral, devem estar preparados para o tempo de não trabalho em sua propriedade, período em que o trabalho de transformação da mercadoria estará a cargo do ritmo biológico e dos fatores climáticos.

Todavia, esse apartamento em relação aos ritmos e lógicas da natureza pelos sujeitos da segunda geração não é um fato isolado, mas está inserido em um movimento da grande agricultura capitalista, iniciado em meados do século XX, que buscava desenvolver instrumentos tecnológicos com o objetivo de tentar relativizar essas “barreiras” naturais inerentes à produção das mercadorias agrícolas. Isso ocorreu, justamente, porque a agricultura, em virtude da sua natureza orgânica, a qual requer um tempo próprio, colocava-se como um empecilho e uma limitação para a articulação de um sistema de produção capitalista unificado com a indústria alimentícia. Assim, o movimento de relativização das “barreiras” naturais na agricultura surgiu com o propósito de aproximar ao máximo a prática agrícola da industrial, a fim de maximizar o controle sobre os processos naturais e, por consequência, aumentar a valorização do capital (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990; MARTINS, 2006).

Sem embargo, mesmo as “barreiras” naturais sendo insuperáveis, as tecnologias mecânicas, químicas e genéticas transformaram em muitos aspectos o modo de produzir. Mudanças, no entanto, que não foram democratizadas e permanecem restritas aos círculos das grandes empresas capitalistas do setor, dificultando o desenvolvimento do pequeno produtor que não tem acesso a grande parte dessas inovações.

Os sujeitos da agrovila Campinas e do Assentamento como um todo vivem essa realidade, pois, diante da dificuldade de acesso a tecnologias e inovações, ou seja, de investimentos de capital, são obrigados a buscar meios alternativos de produção e se inserem em faixas do mercado que não interessam ao grande capital. Entretanto, quando analisados os lotes, e não somente os sujeitos, é possível perceber que as estratégias de busca de renda (dinheiro) vão além da produção agrícola, principalmente com o assalariamento, como será visto no próximo tópico voltado para a relação do trabalho com o consumo.

Trabalho e identidade no consumo

O acesso à renda é um ponto fundamental no jogo de relações sociais para os sujeitos da segunda geração. Em particular, o consumo é uma prática marcante da identidade desses sujeitos, mas não somente no sentido de acúmulo de capital,

exclusivamente ligado à formação de riqueza, mas, sim, ligado aos objetos desejados por suas funções de distinção ou como marcadores de diferenças.

Um dos indicadores dessa reelaboração da identidade a partir do consumo surge na fala de Cláudio, quando esboça os motivos que o levaram a sair do lote para a sua primeira experiência de trabalho na cidade: “*Fui porque todo mundo estava indo, os jovens, todo mundo indo e você via que eles estavam indo e estava tendo as coisas deles*” (Pesquisa de campo, 2013). “*Tendo as coisas*” significa, nesse caso, a conquista de bens materiais pelos jovens que trabalhavam na cidade, sendo que os que trabalhavam no lote não conseguiam comprar. Essa é a justificativa de muitos ao apresentarem os motivos de terem saído do assentamento; a impossibilidade de adquirir bens de consumo.

A trajetória de um outro assentado da segunda geração, Junior, demonstra esses elementos, pois sempre trabalhou no lote com criação de gado de leite, porém não se identificava com esse trabalho e, por isso, resolveu abrir um salão de cabelereiro na cidade de Promissão, que a seu ver é simbolicamente mais atraente. Entretanto, Junior não abre mão de morar no lote, por se sentir mais tranquilo e seguro neste espaço social. Em sua fala, a seguir, pode-se perceber que sua ligação com o assentamento, como referência existencial, passa por um processo de transformação da própria imagem/identidade do camponês (WANDERLEY, 2009; CARNEIRO, 2012).

Que nem eu e meu irmão, o pessoal da cidade não acreditava que a gente era de roça, porque a gente realmente *trabalhava bastante* e a gente queria *se vestir bem*. Então a gente vinha para a cidade em festa e o pessoal às vezes não acreditava que a gente trabalhava na roça, e até hoje eles não acreditam (Trabalho de campo, 2013, grifo nosso).

O objetivo do trabalho, portanto, é desenhado com vistas a “*se vestir bem*”. Assim, uma dimensão importante da identidade destes sujeitos está relacionada ao consumo. Trata-se da evidenciação da fluidez de uma identidade que, embora forjada na condição de assentado, não se esgota na própria condição. Os sujeitos dessa segunda geração são permeados pelas motivações de agir que escapam à geografia do lote ou do próprio assentamento. É nestes termos, e buscando outras arenas de interação, que os jovens assentados elaboram estratégias de trabalho e geração de renda que possibilitem seu acesso aos mercados. Ainda que tais estratégias os leve a situações desafiadoras e incertas, uma vez que supõem uma rotina de árduo trabalho e, em alguns casos, ainda não garantirá a possibilidade de consumir todos os bens esperados. Conforme insiste Cláudio:

É difícil aqui, é difícil você ter as coisas aqui, fica [no assentamento] porque tem que gostar da terra mesmo. Porque você vê seu colega ali tendo um carro, tendo uma coisa e você vê que você não vai ter se você continuar aqui, a não ser que você tenha alguma coisa para investir. Se você não tiver, você sabe que você não vai ter o que ele tem. Você vai ter para comer ali, vestir uma roupinha ali, você não vai ter o bem material maior que você almeja (Pesquisa de campo, 2013).

O assalariamento, o apartamento em relação às lógicas da produção agrícola e a busca e valorização do dinheiro encontrados na segunda geração revelam a tensão com os projetos da primeira geração, que entrou na luta pela terra justamente para fugir da relação de trabalho assalariado, com uma visão mais íntima das lógicas da natureza e em busca de experimentar autonomia e liberdade. Nestes termos, os sujeitos da segunda geração estão mais próximos de outra concepção de liberdade, relacionada com a capacidade de adquirir renda em dinheiro, a despeito da falta de autonomia e da impessoalidade nas relações de trabalho. Esse elemento é importante para esses sujeitos que veem na impessoalidade do dinheiro e do trabalho também a quebra das hierarquias próprias das relações de parentesco no interior do lote. Estão, assim, em busca de uma outra forma de liberdade muito diferente daquela pretendida pelos assentados da primeira geração. Querem, neste caso, a liberdade que a impessoalidade do dinheiro pode oferecer, tal como sugere Simmel (1999). Isto é, querem a liberdade que o cálculo abstrato do dinheiro sugere à vida social, pondo em suspeição as amarras tradicionais do grupo social e da família sobre o trabalho individual e sua função no interior de um projeto coletivo.

Teresa, outra assentada de segunda geração, que tem em sua trajetória o acesso à formação acadêmica⁵ e que atua na administração pública do município de Promissão, argumenta que o assentamento não precisa ser pensado somente como política de inclusão social, mas também como local de desenvolvimento de pequenos empreendimentos. Sua fala se assemelha à de Oliver, mas vai além quando traz preocupações com o lucro do produtor individual:

Eu penso que a gente tem que dar continuidade porque a luta foi muito difícil para os nossos pais. Eu não queria ver isso aqui na mão de um latifúndio de novo, eu não sei como a gente qualificaria ou melhoraria, por isso que eu te falo que minhas ambições são maiores. Eu nunca vou ser prefeita da cidade, mas eu quero ver isso aqui como uma indústria de alimentos, eu quero ver os químicos, os engenheiros civis, os advogados trabalhando por essa indústria aqui dentro. [...] A gente precisa parar de olhar o assentamento só como uma questão social, porque é social, mas vejo também empreendedores, pequenos empreendedores (Pesquisa de campo, 2013).

A fala representa, no limite, uma nova forma de pensar o Assentamento. Existe, por parte de Teresa, e isso pode ser observado na fala de todos os sujeitos da segunda geração, o reconhecimento da árdua luta para a conquista da terra e, por isso, a necessidade de preservá-la. Mas a continuidade da luta representada pelo assentamento assume novas dimensões, conforme revela a preocupação com os potenciais de investimento e uma maior inserção no mercado, indicando uma visão para além da ligação mística e afetuosa com a terra. O desenho do Assentamento,

⁵ Teresa é graduada em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem especialização em engenharia de produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cursou cooperativismo na Espanha, e é mestre em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

feito por Teresa, vislumbra uma indústria de alimentos, o que significaria processar no local os próprios produtos produzidos no assentamento para, assim, serem vendidos com maior valor agregado. Esta noção de projeto evidencia o grande distanciamento das concepções de mundo e futuro desta segunda geração quando comparada à visão da terra como fato social total, tal como presente nos assentados da primeira geração. Esta ruptura simbólica fica ainda mais evidente quando Teresa considera as possibilidades de permanência no assentamento dos jovens que cursam o Ensino Superior.

A gente precisa de um empreendedor, alguém que olhe para isso aqui e veja um negócio. Alguém que diga, aqui dá um laticínio, um negócio de frutas, a gente precisa de alguém que consiga, eu não consigo ver isso assim. Eu até consigo ver, mas não consigo formatar e pensar esse projeto para poder trazer pessoas e montar esses negócios aqui dentro. Porque isso seguraria todos os jovens aqui, porque a gente iria precisar de químico, engenheiro, advogado, professor (Trabalho de campo, 2013).

A solução proposta por Teresa tem como pressuposto o direcionamento do Assentamento de forma mais intensa para o mercado, no sentido de um alto grau de capitalização e investimento. O que aparece de fundo nessa questão da elaboração de um projeto agroindustrial é a expectativa de que esse empreendimento traria maior retorno financeiro aos envolvidos, consequentemente atraindo a atenção dos jovens, em particular daqueles com formação superior. Sem embargo, tal preocupação é legítima para os assentados, pois, com exceção de Teresa, nenhum dos sujeitos da segunda geração que obteve formação universitária permaneceu na agrovila⁶. Assim, o desenho do Assentamento, proposto por Teresa, aponta para a capitalização por meio da industrialização e, por conseguinte, para o aumento das possibilidades de emprego dentro do próprio assentamento, permitindo, desse modo, a ampliação dos potenciais de consumo.

É nesse contexto de novas demandas sobre os repertórios de interação na localidade que, de acordo com Wanderley (2009, p. 121), podemos considerar que “[...] a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica na reconstrução de sua própria identidade profissional”. Esta transformação marca a própria construção identitária do assentado da segunda geração – sobretudo se consideramos, conforme bem sugere Hall (2008), que a identidade também é uma construção discursiva estratégica em torno de fronteiras simbólicas. É justamente visando marcar a fronteira simbólica em relação aos fundadores do assentamento que Oliver, estrategicamente, sem abrir mão da identidade de assentado, ressalta a necessidade de o agricultor ter visão empresarial e capacidade de lidar com tarefas que vão desde o trato com o gado, a ordenha das vacas, a plantação e colheita dos alimentos, até a contabilidade, contratos de

6 Na agrovila, por ser um espaço menor dentro da realidade social do assentamento, foi possível verificar esse fato. Não é possível afirmar se corresponde à realidade de todo o assentamento.

financiamento para investimentos e visão de mercado. Esta nova performatividade do agricultor, lançada como efeito de fronteira geracional no discurso dos próprios assentados, sugere-nos a pertinência de considerar a irredutibilidade do conceito de identidade também no debate sobre reforma agrária. O que o assentado é, seus deslocamentos e seus projetos, estão, mesmo em situações de convivência entre gerações, em permanente composição.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar a coexistência geracional nos assentamentos de reforma agrária por meio de um estudo de caso no assentamento Reunidas. Com tal propósito, buscou-se identificar as mudanças nas representações do trabalho e nos projetos de vida das duas gerações que vivem no assentamento. Nestes termos, foi possível realizar uma análise sobre as *novas identidades* que vêm sendo produzidas no interior dos assentamentos.

No estudo de caso da agrovila Campinas, foi possível identificar que todos os esforços de permanência da segunda geração de assentados aparecem conectados a uma forte ligação com o Assentamento. Todavia, tal ligação assume forma ressignificada quando comparada aos valores, objetivos e projetos da primeira geração. Tomando a terra como ponto de referência, foi possível delinear essas metamorfoses e ressignificações. A terra, nas representações da primeira geração, apareceu como objeto de veneração, dedicação e prolongamento do próprio corpo, em um sentido ontológico e simbiótico. Ou seja, envolvendo uma *ética camponesa*, resgatada pelos sujeitos da primeira geração, em suas memórias, como fundamento de *ser, estar e pensar* o mundo e a terra como local de trabalho.

As falas e práticas da segunda geração indicaram, por sua vez, a ressignificação dessa visão idílica da terra em proveito de uma visão mais pragmática, utilitarista e mercadológica. Isso ficou claro quando, em algumas respostas, nota-se a recorrência do “*pensar empresarial*” em relação às perguntas sobre a função da terra e a produção. Nestes termos, é possível concluir que a terra é submetida à lógica racional do mercado visando o lucro, deixando de ser vista como local de trabalho para passar a ser vista como base para o capital que deve ser investido no intuito de conseguir, nas palavras de muitos entrevistados, “*boa renda*”.

Essa boa renda revela outro elemento importante na mudança da força do sentido simbólico do trabalho no campo para a segunda geração, pois a terra, antes vista como fonte de autonomia e liberdade (*valor de uso*) pela primeira geração, agora, na segunda geração, é encarada como mercadoria e meio de conseguir dinheiro (*valor de troca*). Assim, a autonomia e a liberdade foram substituídas pela visão das garantias do dinheiro que pode proporcionar o acesso aos bens de consumo. É notória, na fala dos sujeitos, as inúmeras vezes em que a palavra *dinheiro* aparece, seja no sentido de capital para investimento, seja em forma de retorno da produção (lucro).

Por fim, cumpre ainda observar que as novas gerações estão buscando elaborar novas trilhas para a história do assentamento, a partir de novas

formas de trabalho rural, seja na elaboração de atividades não rurais dentro do assentamento, na busca de trabalhos não agrícolas nas cidades, sem deixar a localidade do assentamento, seja na busca de novos mercados e, principalmente, na transformação dos modos de vida e sociabilidade. É importante frisar, contudo, que todas essas estratégias, arranjos e experiências não devem ser submetidos aos esquemas analíticos binários, a partir dos quais se identificaria rupturas formais que não se verificam no cotidiano dos assentados. A rigor, estes processos revelam a complexidade da convivência geracional, mediada pela história local. No caso em questão, verificou-se a busca dos sujeitos em viabilizar a vida dentro do assentamento, do lote e de sua própria família, com o emprego de estratégias muitas vezes elaboradas de forma inventiva, criativa e à custa, em alguns casos, de significativo sofrimento subjetivo. No limite, é a luta pela vida de pessoas que elaboram estratégias para explorar as inconsistências e/ou incoerências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar frestas nas quais consigam viver com autonomia no campo.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BORGES, Carolina Campos; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 171-177, maio-ago. 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo: Cabral, 1995.
- BRANDEMBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 417-428, 2010.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, maio-ago. 2010.
- GARCIA JR., Afrânio. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 5-41, jun. 1988.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernard; WILKISON, Jhon. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- HALL, Stuart. **Identités et cultures: politiques des "cultural studies"**. Paris: Amsterdam, 2008.
- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP. **Caderneta de campo 2010/2011**. São Paulo: Itesp, 2011.
- MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas - REIS**, n. 62, p. 145-168, 1993.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.
- _____. **O capital: crítica da economia política (livro III)**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 123-172.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, Rodrigo Constante. Modernização e relações de trabalho na agricultura Brasileira. **Revista Agrária**, São Paulo, n 4, p. 165-184, 2006.
- NABÃO, Maria Teresa Papa. Lembranças que tecem diferentes fios de uma mesma história. In:

-
- SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção (org.). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de Vida. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 7-188.
- SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos rurais. In: SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção (org.). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de Vida. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 53-66.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: Unesp, 2004.
- SIMMEL, Georg. **Philosophie de l'argent**. Paris: PUF, 1999.
- TAUSSIG, Michel. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Edunesp, 2010.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico** 87. Brasília: UnB, 1990. p. 11- 73.

Recebido em 29/07/2016

Aceito em 07/11/2016